

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CENTRO PAULA SOUZA NO GOVERNO COVAS (1995-2001)

Bruna Juliane Queiroz Tome¹
Henrique Tahan Novaes²

¹ UNESP. E-mail: bruna.jq.tome@unesp.br

² UNESP. E-mail: henrique-tahan.novaes@unesp.br

Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais

Palavras-chave: precarização. trabalho docente. centro paula souza.

INTRODUÇÃO

A educação profissional no Brasil sempre foi marcada por disputas políticas, econômicas e educacionais, refletindo tensões entre demandas do mercado e a defesa de uma formação integral, gratuita, pública, laica e de qualidade. Refletindo-se, então, o embate entre as necessidades econômicas e as concepções pedagógicas, tendo forte influências das forças políticas, moldando os rumos e as prioridades do ensino profissional.

A década de 1990 representa um marco, influenciada pela racionalidade neoliberal, que, segundo Harvey (2008), ultrapassa o campo econômico e molda a política, a cultura e a organização social. No Brasil, esse projeto se concretizou na LDB (Lei 9.394/96) e no Decreto 2.208/97, que separam ensino médio e profissional, sob forte influência de organismos internacionais, consolidando a educação como investimento econômico (Manfredi, 2017).

Em São Paulo, no governo de Mário Covas (1995-2001), tais diretrizes impactaram diretamente o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), uma autarquia vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, presente em 363 municípios com ETECs, FATECs e cursos de pós-graduação, atendendo mais de 315 mil alunos. Sua trajetória, desde a criação em 1969, insere-se no contexto das reformas neoliberais dos anos 1990, quando o PSDB, em consonância com o governo FHC, incorporou práticas empresariais à gestão pública.

Assim, o governo Covas impulsionou reformas que afetaram diretamente a estrutura e funcionamento do CEETEPS, com impactos significativos na educação profissional e tecnológica e, de modo particular, no trabalho docente. Nesse cenário, objetiva-se analisar as

reformas educacionais no CEETEPS durante o governo Covas, seus efeitos na estrutura institucional e os impactos na educação profissional e tecnológica, especialmente no trabalho docente.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este trabalho é realizado através de pesquisa bibliográfica, documental e empírica, apoiando-se em uma abordagem qualitativa, articulando diferentes procedimentos: a) análise documental, decretos e relatórios institucionais, b) revisão da literatura dos autores que discutem o neoliberalismo, as políticas educacionais e a própria educação profissional; e c) a parte empírica, através de uma entrevista semiestruturada com uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps), quem esteve presente e acompanhou o processo de reformas durante o período analisado. Esses procedimentos metodológicos permitem construir uma visão crítica e multifacetada sobre o tema, articulando dados históricos, discursos institucionais e experiências concretas.

ANÁLISE PARCIAL OU FINAL DOS RESULTADOS OBTIDOS

O CEETEPS é afetado pela questão salarial. Considerando que, em 1987, a carreira da universidade e os reajustes anuais do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) são estendidos aos funcionários docentes e administrativos do CEETEPS, em 1995, isso tudo muda, tendo em vista que Mário Covas interfere cessando os reajustes salariais baseados nos índices do Cruesp, não havendo reajuste dos salários, nem recolhimento de encargos trabalhistas ou até mesmo o pagamento de fornecedores, havendo uma grave crise financeira dentro da instituição (Sacilotto, 2016).

Ressalta-se que o CEETEPS nunca possuiu autonomia financeira e seu orçamento nunca teve vínculo legal aos percentuais da receita estadual, gerando, assim, mudanças aleatórias no financiamento das escolas, nas atividades de gestão, didático-pedagógicas e, também, na ampliação da oferta e qualidade de ensino (Sacilotto, 2016).

Nesse sentido, as variações nos valores orçamentários:

especialmente na década de 1990, produzem reflexos, não apenas na rubrica de pessoal e encargos. As reservas financeiras destinadas a “outras despesas correntes”, entre as quais se incluem as despesas gerais de custeio das escolas, igualmente sofrem com as reduções e alternâncias. Assim, os recursos destinados às reformas e à

manutenção e atualização das instalações e equipamentos são seriamente comprometidas; do mesmo modo, escasseiam as verbas para a aquisição de material didático, necessário para as aulas de prática profissional, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem (Sacilotto, 2016, p. 188).

Devido a isso, recorre-se a outras formas de financiamento. Segundo Sacilotto (2016), há projetos financiados por fundações e agências de fomento, como exemplo a Fundação Vitae e a Fundação FAT, há uso de recursos das cooperativas escolares, utilização do pagamento da inscrição dos candidatos das provas de ingresso, e também das contribuições de Pais e Mestres. Ou seja, diante do contexto posto, abre-se espaço para a privatização da educação.

Além disso, já nos dias atuais, é possível identificar como a política de privatização continua ganhando espaço. De acordo com E. Piolli, Sala e G. Piolli (2024), devida a reforma do Ensino Médio, há uma demanda para haver articulação entre instituições públicas e privadas, com o intuito de se fazer cumprir os itinerários de formação técnica e profissional e, também, da expansão do número de alunos da Educação Profissional. Sendo assim, os autores afirmam que o Estado de São Paulo segue com parcerias com instituições públicas e privadas a fim de implantar esse itinerário de formação técnica e profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que as reformas educacionais neoliberais do governo Mário Covas fragilizaram o CEETEPS, precarizando o trabalho docente e comprometendo a qualidade da formação oferecida. A expansão institucional, embora significativa, não se traduziu em democratização do acesso ou em melhoria efetiva da qualidade, mas sim na intensificação da lógica empresarial aplicada ao ensino.

Conclui-se, então, que o CEETEPS enquanto instituição estratégica para o desenvolvimento educacional e tecnológico paulista, encontra-se tensionado entre sua função pública e as pressões mercadológicas que orientam suas diretrizes, tornando imprescindível recolocar a educação como direito social, priorizando a valorização docente e a qualidade formativa, em oposição à lógica de mercado que transforma escolas e faculdades em instrumentos de produtividade.

REFERÊNCIAS

DANTAS, G. K. G. **Política educacional paulista (1995-2012):** dos primórdios da reforma empresarial neoliberal à consolidação do modelo gerencial. 2013. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA). Biblioteca Depositária: Campus de Marília.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo:** história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil:** Atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PIOLLI, E.; PIOLLI, G. P. Z.; SALA, M. Novo ensino médio e educação profissional: privatização e precarização do trabalho docente na rede Estadual Paulista no Programa NOVOTEC. In: LIMA FILHO, Domingos L.; NOVAES, Henrique T.; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI:** políticas, críticas e perspectivas, vol. 3. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

SACILOTTO, V. J. **A educação profissional na agenda de políticas públicas de educação no Estado de São Paulo e a expansão do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.** 2016. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.